

BNCC: ANÁLISE DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jane de Oliveira Rezende
Universidade Federal do Espírito Santo
janenani2009@hotmail.com

Andreia Weiss
Universidade Federal do Espírito Santo
andreiaweiss@yahoo.com

INTRODUÇÃO

A educação brasileira passou pelo processo da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir do ano de 2018. A mesma configura-se como uma política educacional neoliberal que apresenta a proposta de unificar o ensino por meio de competências, pretendendo selecionar os conhecimentos que os alunos devem desenvolver na Educação Básica (BRASIL, 2018). Em virtude disso, a BNCC é um documento normativo que é referência nacional para a reformulação dos currículos das escolas públicas e privadas.

Duarte (2001) esclarece que as competências integram a corrente educacional contemporânea das pedagogias do “aprender a aprender”, com a finalidade de condicionar os sujeitos a obter comportamentos criativos, empreendedores e flexíveis que lhes possibilitem se adaptar ao processo de mudanças imposto pelo sistema capitalista.

Somado a isso, Zank e Malanchen (2020) destacam o esvaziamento de conteúdos curriculares organizados para a classe trabalhadora, uma vez que a padronização do currículo imposta pela BNCC, por meio do modelo de competências que visa estabelecer conteúdos mínimos é evidenciada como uma forma sutil de negar à classe trabalhadora a apropriação do conhecimento sistematizado.

A partir destas proposições, este trabalho é norteado pelo seguinte problema de pesquisa: Como o professor de Geografia e o professor PCA¹ dos anos finais do Ensino Fundamental percebem as alterações ocorridas na disciplina de Geografia a partir da implantação da BNCC em uma escola estadual do município de Alegre localizada no estado do Espírito Santo?

De forma sucinta, objetivou-se analisar como ocorreu às modificações realizadas na disciplina de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental mediante a implementação da BNCC de acordo com a percepção do professor deste componente curricular e do professor PCA que atuam em uma escola estadual do município de Alegre localizada no estado do Espírito Santo.

Para tal propósito, esta pesquisa se configura como qualitativa do tipo estudo de caso, sendo que dois (02) sujeitos estão participando da mesma.

DESENVOLVIMENTO

As políticas educacionais na atualidade são evidenciadas pela influência do neoliberalismo, visto que os seus fundamentos são as perspectivas gerenciais da qualidade na educação, implementadas a partir dos princípios da eficiência, competitividade e produtividade (LIBÂNEO, 2018). Fato esse que subordina a educação ao mercado de trabalho, tencionando atender aos ditames do sistema de produção capitalista.

Nesse contexto neoliberal, iniciou-se a implantação da BNCC em 2018, a qual é caracterizada como uma política educacional, pois “[...] diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação [...]” (SAVIANI, 2008, p.7).

A BNCC apresenta a proposta de selecionar os conhecimentos que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica, visando padronizar o currículo das escolas por meio de competências (BRASIL, 2018). A implantação da referida política educacional é evidenciada mediante um processo complexo de reforma

¹ O PCA (Professor Coordenador de Área) é um professor de uma determinada área de conhecimento que coordena e acompanha a execução do trabalho docente que é realizado pelos demais professores desta área na escola.

curricular que delineou a construção dos currículos de cada disciplina da Educação Básica, inclusive a Geografia, ocasionando consequências à prática docente e ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos (PINHEIRO, 2019).

Sendo assim, evidenciamos a partir da realização desta pesquisa que a implantação da BNCC na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental Anos Finais ocorre a partir das competências da pedagogia do “aprender a aprender”, as quais de acordo com Saviani (2011) tem o propósito de alinhar as ideias pedagógicas a dinâmica econômica difundida pelo capitalismo para concretizar a formação de sujeitos adaptáveis ao mercado de trabalho.

Antes da implantação da BNCC as competências estavam presentes no currículo da disciplina de Geografia, sendo que a abordagem das mesmas não era intensa. Porém após a BNCC foi atribuída grande ênfase as competências, objetivando padronizar o currículo da referida disciplina a partir das avaliações externas, tendo em vista a seleção dos conteúdos mínimos “[...] que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas [...]” pelos exames externos (FREITAS, 2014, p.1090). Fato esse que ocasiona o controle do ensino dos conteúdos na escola e a responsabilização dos professores.

Nessa perspectiva, os conteúdos mínimos são selecionados por competências, as quais se materializam pela transformação das avaliações externas em um instrumento de padronização do currículo, gerando o esvaziamento de conteúdos que fragiliza a formação dos alunos da classe trabalhadora (ZANK; MALANCHEN, 2020), pois não é priorizada a apropriação dos conhecimentos sistematizados, ou seja, os conteúdos artísticos, científicos e filosóficos que são produzidos pelo homem no decorrer da sua história e que possibilitam a formação crítica e emancipatória para que os mesmos transformem a realidade.

Por essa razão, Dourado e Siqueira (2019) alerta sobre a necessidade das ações da educação ser convergidas para a formação emancipadora como prática social, a qual reafirma “[...] os princípios da produção/socialização do conhecimento histórico-socialmente construído aos processos de formação e humanização do homem” (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p. 303).

CONCLUSÃO

As transformações ocorridas na disciplina de Geografia, mediante a implantação da BNCC são evidenciadas, a partir do alinhamento da mesma ao modelo das avaliações externas, a qual é um dos instrumentos de padronização do currículo que ocorre por meio das competências da pedagogia do “aprender a aprender”, visando à formação de sujeitos flexíveis, empreendedores e criativos para adaptá-los ao mercado de trabalho a partir de uma formação básica, utilitária e precária.

As referidas competências ao estabelecer um currículo minimalista, evidencia o esvaziamento dos conteúdos a classe trabalhadora, pois é negada a apropriação dos conhecimentos sistematizados. Compreende-se, portanto que como alternativa contra hegemônica há a necessidade de debater, a partir do viés crítico a BNCC, partindo de uma concepção ampla de conhecimento, formação e currículo que esteja pautada na relação entre educação e cultura, a fim de consolidar a formação de alunos emancipados e críticos que transformam a realidade (DOURADO; SIQUEIRA, 2019).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 07 de ago.2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, p. 291-306, 2019.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 18, p. 35-40, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (org). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1ª ed. Goiânia. GO: Editora Espaço Acadêmico, p. 44-87, 2018.

PINHEIRO, Isadora. **A Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** percursos e perspectivas. 2019. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 07-16, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 3ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

ZANK, Debora Cristiane Trindade; MALANCHEN, Julia. A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio e o retorno da pedagogia das competências: Uma análise baseada na pedagogia histórico-crítica. In: MALANCHEN, Julia; DE MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.p.131-160.